



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Contribuição Nacionalmente Determinada
para consecução do objetivo da
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





PROCESSO DOMÉSTICO DE ELABORAÇÃO

- CONSULTA PÚBLICA EXTENSA E INCLUSIVA COORDENADA PELO MRE (2014)
 - Decisão COP 19
- DIÁLOGO ADICIONAL ENTRE SEGMENTOS DE ALTO NÍVEL DO GOVERNO FEDERAL E ATORES RELEVANTES (2015)
 - GOVERNO;
 - SETOR PRIVADO;
 - ACADEMIA;
 - ONGs.

NDC



Mitigação: Emissões de gases de efeito estufa

Ano de referência: 2005.

| Redução em 2025 (Contribuição) | Redução em 2030 (Contribuição indicativa) |
|-----------------------------------|--|
| 37% | 43% |

Tipo: meta absoluta em relação a um ano-base.

Abrangência: todo o território nacional, para o conjunto da economia (economy wide) e gases de efeito estufa do Protocolo de Quioto (CO₂, CH₄, N₂O, PFCs, HFCs e SF₆).

Métrica: GWP-100 (IPCC AR5).

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



NDC



Meios de implementação

- **Implementação da NDC:** não condicionada a apoio internacional, mas aberta ao apoio de países desenvolvidos
- **Ações adicionais:** exigiriam aumento, em larga escala do apoio internacional e dos fluxos de investimento do desenvolvimento, emprego, difusão e transferência de tecnologias
- **Implementação do REDD+ e a permanência de resultados obtidos:** requerem a provisão contínua de pagamentos por resultados de forma adequada e previsível
- **Iniciativas Sul-Sul**

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

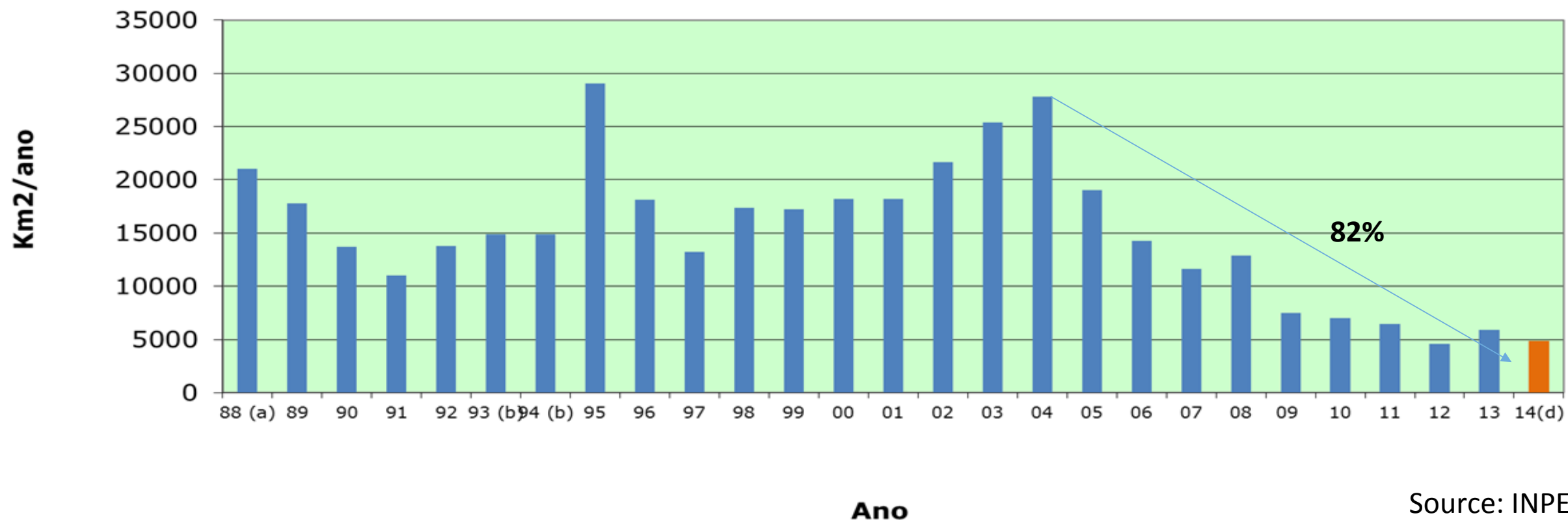


Informações adicionais sobre a NDC para fins de esclarecimento

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

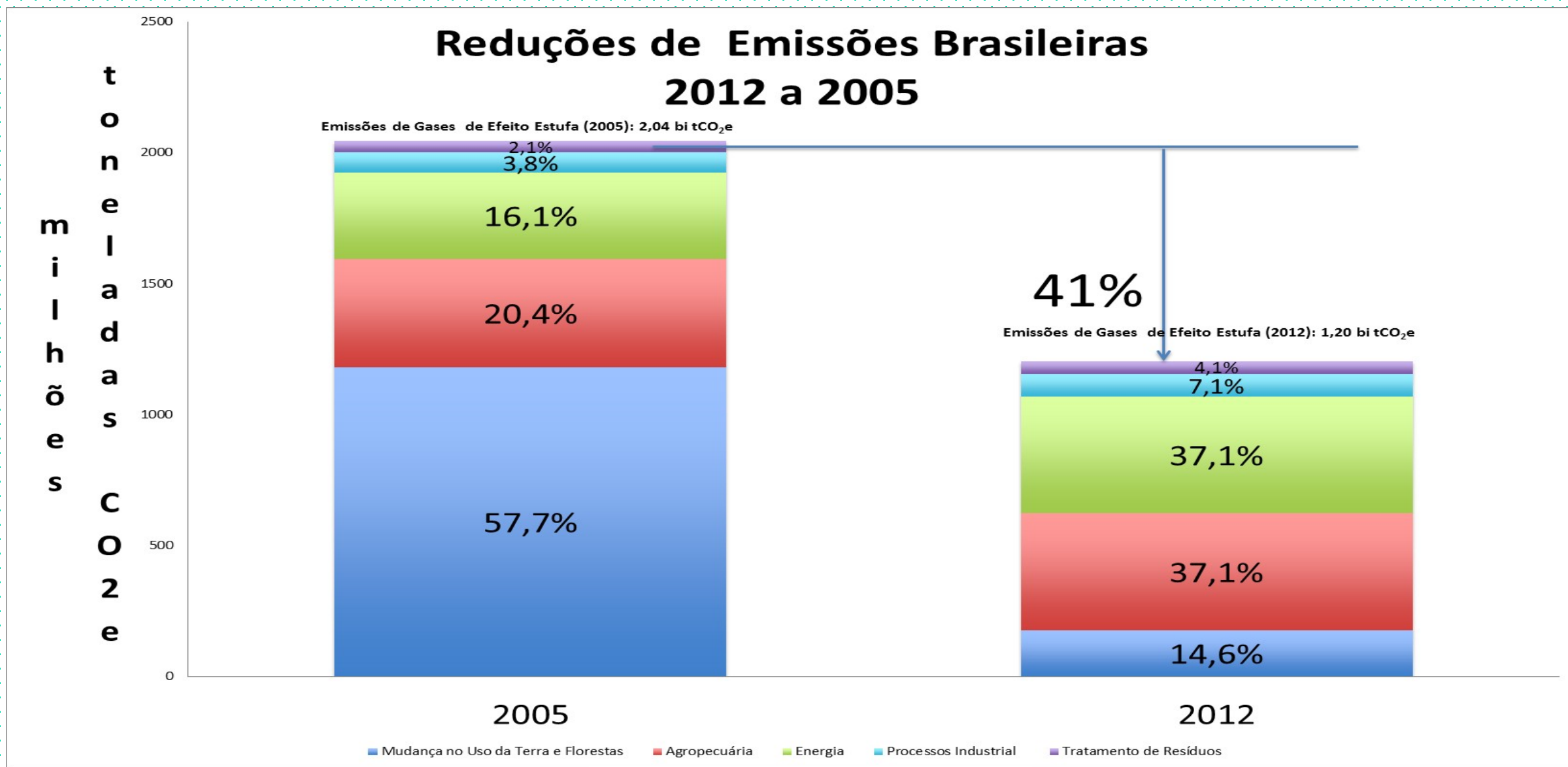


Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





Fonte: MMA a partir de MCTI, 2014

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Florestas

- i.desmatamento ilegal zero até 2030 na Amazônia brasileira e compensação das emissões provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;
- ii.fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal;
- iii.restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;
- iv.ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georeferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

Energia

- i. participação de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo:
- ii. expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030;
- iii. aumentar a participação de bioenergias sustentáveis na matriz energética para aproximadamente 18% até 2030;
- iv. expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil:
 - aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030,
 - inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar;
- v. alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

Agropecuária

- restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030;
- incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de iLPF até 2030.

Outros Setores

Industrial

- novos padrões de tecnologias limpas;
- medidas de eficiência energética;
- infraestrutura de baixo carbono;

Transportes

- medidas de eficiência,
- melhorias na infraestrutura de transportes e
- melhorias no transporte público em áreas urbanas

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



José Domingos Gonzalez Miguez

jose.miguez@mma.gov.br